

**União Catarinense
Administradora de Consórcios
Ltda.**

CNPJ: 83.553.883/0001-94

Rio do Sul – SC

**Demonstrações Financeiras do Semestre e
Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2019**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.

Administradores e Quotistas da

União Catarinense Administradora de Consórcios Ltda.

Rio do Sul - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **União Catarinense Administradora de Consórcios Ltda.** ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios correspondentes ao semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **União Catarinense Administradora de Consórcios Ltda.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 20 de março de 2020.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PR Nº 6.472/O-1 S/SC

GEORGE ANGNES

CONTADOR CRC-PR Nº 42.667/O-1 S/SC

União Catarinense Administradora de Consórcios Ltda.**CNPJ: 83.553.883/0001-94****Rio do Sul - SC****Notas Explicativas às Demonstrações financeiras do
Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2019****(Valores em R\$ Mil)****Nota 1. Informações Gerais**

A sociedade tem por objeto a prestação de serviços específicos e inerentes à administração e lançamento de consórcios para a aquisição de bens móveis e imóveis, bem como a venda e colocação junto ao público, dos planos de consórcios por ela elaborados, obedecendo aos ditames legais próprios.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 20/mar./20.

Nota 2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras da Administradora e Consolidada dos Grupos de Consórcios

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as normas e instruções do Banco Central do Brasil, bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638/07.

Em 28/dez./07 foi promulgada a Lei nº 11.638/07 e, em 27/maio/09, a Lei nº 11.941/09, introduzindo alterações na Lei das Sociedades por Ações (6.404/76), quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir do exercício social findo em 2008.

Embora as referidas Leis já tenham entrado em vigor, algumas alterações por elas introduzidas dependem de normatização por parte do Banco Central do Brasil para serem integralmente aplicadas pelas instituições por ele reguladas.

Durante 2019 foram normatizadas pelo órgão regulador Banco Central do Brasil, procedimentos para elaboração e divulgação a ser aplicados prospectivamente para as demonstrações financeiras relativas às datas-bases a partir de janeiro de 2020, divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), bem como quanto à remessa de informações a respeito da divulgação de dados abertos e remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da central de demonstrações financeiras do Sistema Financeiro Nacional.

A administração avalia semestralmente os possíveis impactos dessa nova orientação para, posteriormente, mensurar os seus efeitos, porém estima que as alterações não ocasionarão efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade.

A escrituração contábil dos grupos de consórcios obedece às regras da Carta-Circular nº 3.147/04, com posteriores alterações trazidas pela Carta-Circular nº 3.192/05, do Banco Central do Brasil.

Na elaboração das demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios, a coluna valor no período representa os valores coletados e utilizados movimentados no semestre, e a coluna valor acumulado, representa os valores coletados e utilizados desde o início dos grupos de consórcios em andamento.

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos e Gestão de Riscos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.2 Gestão de Riscos

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Essa gestão é realizada pela administração da Sociedade que identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros para que sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados. Esses riscos estão relacionados ao não cumprimento pela contraparte em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, entre elas a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

Nota 4. Controles Internos

Nos termos da Circular nº 3.078/02, do Banco Central do Brasil, estão implantados os procedimentos pertinentes ao sistema de controles internos, os quais vêm sendo acompanhados e revisados pela administração da sociedade.

Nota 5. Resumo dos Principais Procedimentos e Práticas Contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras da administradora e consolidadas dos grupos de consórcio, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções específicas do Banco Central do Brasil, destacamos os seguintes:

I - Principais Diretrizes Contábeis da Administradora

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, exceto quanto à taxa de administração dos grupos de consórcios que é escriturada na administradora por ocasião do pagamento da contribuição mensal pelo consorciado.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

Demonstrados pelos valores de realização e/ou aplicação, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

d) Ativo Permanente

- Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária, ajustado por avaliação pelo método de equivalência patrimonial e reavaliação reflexa, quanto à participação em controlada, conforme notas explicativas “6” e “7”.

- Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez./95, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, à taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

	% Anual de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Residual 31/dez./19	Residual 31/dez./18
Instalações, Móveis e Equipamentos	10%	14	(13)	1	1
Sistema de Comunicação	10%	32	(2)	30	1
Sistema de Processamento de Dados	20%	43	(30)	13	10
Veículos	20%	5	(5)	0	0
Totais		94	(50)	44	12

e) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos

Em 31 de dezembro de 2019, com base no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração da sociedade avaliou, através de fontes internas ou externas, a existência de alguma indicação de que os ativos possam ter sofrido desvalorizações e julgou, dessa forma, não ser necessária a realização do teste de recuperabilidade.

f) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações e correções monetárias incorridas.

g) A Sociedade é tributada pelo Lucro Real.

h) Resultado por Quota

Calculado com base no número de quotas, conforme Contrato Social.

II - Principais Diretrizes Contábeis dos Grupos de Consórcios

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, sendo que os rendimentos remanescentes dessas aplicações após a apropriação dos rendimentos vinculados às obrigações por contemplações a entregar, são incorporados ao fundo comum de cada grupo, por intermédio de rateio proporcional à participação de cada grupo no total das receitas.

b) Outros Créditos

No ativo circulante, direitos junto a consorciados contemplados referem-se às parcelas vincendas a título de fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor do bem vigente no mês e, aplicáveis aos consorciados contemplados Normais, Em Atraso e Em Cobrança Judicial, como segue:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Direitos junto a consorciados contemplados	110.250	104.148
- Normais	102.563	97.347
- Em Atraso	4.280	3.611
- Cobrança Judicial	3.407	3.190

c) Contas de Compensação Ativa/Passiva

As contas de compensação representam informações adicionais sobre: previsão mensal de recursos a receber de consorciados, contribuições devidas ao grupo e valor dos bens e serviços a contemplar, sendo calculados com base no valor do bem vigente no mês e não afetam a posição patrimonial estática dos grupos na data das demonstrações financeiras.

d) Obrigações com Consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de

consorciados não contemplados para aquisição de bens, acrescidos de atualização monetária, recursos de grupos em formação e recursos recebidos cuja destinação não foi identificada.

e) Valores a Repassar

Referem-se aos valores recebidos e ainda não repassados a terceiros a título de taxa de administração, prêmios de seguros, multa rescisória contratual, e outros.

f) Recursos a Devolver aos Consorciados

Representam as obrigações junto aos consorciados desistentes e excluídos, deduzidos da multa rescisória contratual e valores a serem ressarcidos pelos excessos de amortização.

g) Recursos aos Grupos

Representam os recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem ou serviço.

III - Resumo das Operações de Consórcios

a) Posição das Operações de Consórcios

Informamos a seguir, dados complementares relativos às operações de consórcios em:

	31 de Dezembro 2019	31 de Dezembro 2018
- Número de Grupos Administrados	39	39
- Quantidade de Bens Pendentes de Entrega	432	400
- Quantidade de Bens Entregues no Exercício	1.059	1.070
- Quantidade Total de Bens Entregues dos Grupos em Andamento	4.258	4.326
- Número de Consorciados Ativos	8.246	8.704
- Número Total de Consorciados Desistentes/Excluídos	7.220	6.918
- Taxa de Inadimplência	13,85	14,64%

b) Taxa de Administração

A taxa de administração arrecadada nos grupos de consórcios está de acordo com os seguintes percentuais:

Imóveis	22,00% a 25,58%
Automóveis	14,01%
Motocicletas	14,55%
Serviços	17,39%

c) Taxa de Administração Futura

Valor da Taxa de administração futura a receber sobre consorciados em:

31 de 31 de

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
- Consorciados Contemplados/Não Contemplados	<u>74.037</u>	<u>77.884</u>

Nota 6. Transações com Partes Relacionadas

- Transações com Partes Relacionadas

No período foram realizadas transações entre partes relacionadas, realizadas no contexto das atividades operacionais da administradora, inerentes à transferência de recursos, serviços, direitos ou obrigações entre partes relacionadas são representadas por obrigações com pessoas ligadas.

Os saldos entre partes relacionadas das contas patrimoniais e das contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	31 de Dezembro 2019	31 de Dezembro 2018
Ativo – Devedores Diversos - País	<u>1.901</u>	<u>2.470</u>
Circulante – Direitos com Pessoas Ligadas	1.040	780
Longo Prazo – Direitos com Pessoas Ligadas	861	1.690
Passivo	<u>0</u>	<u>350</u>
Circulante – Obrigações com Pessoas Ligadas	0	350
Circulante – Sociais e Estatutárias	0	0

As transações ocorridas entre a administradora e suas partes relacionadas são efetuadas com valores e em circunstâncias usuais de mercado.

Nota 7. Títulos e Valores Mobiliários

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Carteira Própria	<u>1.059</u>	<u>338</u>
- Quotas em Fundo de Aplicação Financeira	1.059	338

Nota 8. Composição de Saldos do Balanço Patrimonial

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
a) Ativo Circulante		

Outros Créditos		
Diversos	2.555	2.437
- Crédito Tributário	139	228
- Devedores Diversos - País	2.416	2.209
b) Ativo Realizável a Longo Prazo		
Outros Créditos	5.638	6.208
Valores Específicos	4.748	4.488
- Valores Pendentes de Recebimento Cobrança Judicial - (Grupos Encerrados)	4.748	4.488
Diversos	890	1.720
- Devedores por Depósito em Garantia	30	30
- Devedores Diversos – País	860	1.690
c) Passivo Circulante		
Outras Obrigações		
Diversas	918	896
- Provisão p/Pagamentos a Efetuar	49	49
- Credores Diversos - País	331	476
- Obrigações p/Recursos de Consorciados - Grupos Encerrados (Recursos não Procurados)	538	371
d) Passivo Exigível a Longo Prazo		
Outras Obrigações		
Diversas	4.748	4.488
Obrigações p/Recursos de Consorciados - Grupos Encerrados (Recursos Pendentes de Recebimento Cobrança Judicial)	4.748	4.488

Nota 9. Instituições Financeiras – Empréstimos no País

Estão demonstrados pelos valores originais, incluindo, quando aplicável, correção, variação e juros. Os detalhes identificativos dos mesmos discriminam-se como segue:

Instituição	Espécie	Circulante	Longo Prazo	Vencimento Final	Atualização	Garantia
Sicredi	(1)	588	1.372	(1)	(1)	(2)
Totais		588	1.372			

- Espécie

(1) Conta Garantida

- Vencimento Final

(1) Vencimento mensal com prorrogação automática

- Atualização

(1) Juros de Mercado

- Garantias

(1) Aval da diretoria

(2) Aval empresa interligada.

Nota 10. Contingências Passivas

A administradora é parte em processos judiciais em razão do curso normal de suas operações e acompanha o desenvolvimento de todos os processos, relativos a ações cíveis e reclamatórias trabalhistas reconhecidas na contabilidade e/ou necessitam de divulgação em notas explicativas, conforme disposto nas práticas contábeis adotadas

no Brasil. Conforme posição dada pelos assessores não há contingências a serem registradas na contabilidade nem divulgadas em 31 de dezembro de 2019.

Nota 11. Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício, foi procedido ajustes de exercícios anteriores ocasionando efeito negativo no patrimônio líquido, como segue:

	Natureza	Valor
- Recuperação de impostos federais recolhidos a maior	Credora	161

Nota 12. Distribuição de Lucros

De acordo com o deliberado em reunião dos sócios-quotistas, foram distribuídos lucros no exercício, no montante de R\$ 510.

Nota 13. Capital Social/Patrimônio Líquido

Pertencente inteiramente a quotistas domiciliados no País está composto de 1.700.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Estão integralizadas 1.700.000 de quotas de capital assim distribuídas:

Sócio quotista	Quotas	%
Cláudio Ropelato	1.666.000	98,00%
Diana Ropelato	34.000	2,00%
Total	1.700.000	100,00%

Em 31 de dezembro de 2019, o PLA - Patrimônio Líquido Ajustado da Administradora representa R\$ 1.710.

Nota 14. Cobertura de Seguros (Não Auditado)

A sociedade tem por política contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A sociedade realiza o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensões semelhantes operando no setor.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Sociedade que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

União Catarinense Administradora de Consórcios Ltda.

Rio do Sul - SC

Balanço Patrimonial em

Ativo

	Em Milhares de Reais 31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Circulante	3.649	2.785
Disponibilidades	17	9
Títulos e Valores Mobiliários	1.059	338
Carteira Própria	1.059	338
Outros Créditos	2.573	2.438
Rendas a Receber	18	1
Diversos	2.555	2.437
Realizável a Longo Prazo	5.638	6.208
Outros Créditos	5.638	6.208
Valores Específicos	4.748	4.488
Diversos	890	1.720
Permanente	278	185
Investimentos	234	173
Outros Investimentos	234	173
Imobilizado de Uso	44	12
Outras Imobilizações de Uso	94	56
(-) Depreciação Acumulada	(50)	(44)
Total do Ativo	9.565	9.178

Passivo e Patrimônio Líquido

	Em Milhares de Reais 31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Circulante	1.735	1.992
Obrigações por Empréstimos no País	588	889
Empréstimos no País - Outras Instituições	588	889
Outras Obrigações	1.147	1.103
Fiscais e Previdenciárias	229	207
Diversas	918	896
Exigível a Longo Prazo	6.120	5.517
Obrigações por Empréstimos no País	1.372	1.029
Empréstimos no País - Outras Instituições	1.372	1.029
Outras Obrigações	4.748	4.488
Diversas	4.748	4.488
Patrimônio Líquido	1.710	1.669
Capital		
De Domiciliados no País	1.700	1.193
Aumento de Capital	0	507
Lucros ou Prejuízos Acumulados	10	(31)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	9.565	9.178

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

União Catarinense Administradora de Consórcios Ltda.

Rio do Sul - SC

Demonstração do Resultado do Semestre e Exercício
Findos em 31 de Dezembro de 2019 e Exercício de 2018

	Em Milhares de Reais		
	2º Semestre de 2019	Exercício de 2019	Exercício de 2018
Receitas de Intermediação Financeira	<u>30</u>	<u>67</u>	<u>40</u>
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	30	67	40
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	<u>30</u>	<u>67</u>	<u>40</u>
Outras Receitas/Despesas Operacionais	<u>145</u>	<u>414</u>	<u>(398)</u>
Receitas de Prestação de Serviços	8.253	16.556	16.511
Despesas de Pessoal	(345)	(709)	(700)
Outras Despesas Administrativas	(7.393)	(14.502)	(15.589)
Despesas Tributárias	(372)	(942)	(622)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	2	11	2
Resultado Operacional	<u>175</u>	<u>481</u>	<u>(358)</u>
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações	<u>175</u>	<u>481</u>	<u>(358)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	<u>(30)</u>	<u>(91)</u>	<u>0</u>
Lucro/(Prejuízo) do Período	<u>145</u>	<u>390</u>	<u>(358)</u>
Resultado por Quota	0,085	0,229	(0,300)

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
 Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRy Signer ou o verificador de sua preferência.

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

União Catarinense Administradora de Consórcios Ltda.

Rio do Sul - SC

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019**

Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Realizado	Aumento de Capital	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Iniciais em 01 de Janeiro de 2018	1.193	0	77	1.270
1 - Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	0	0	(358)	(358)
2 - Aumento de Capital	0	507	0	507
3 - Outros Eventos:				
- Absorção de Prejuízos	0	0	250	250
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2018	1.193	507	(31)	1.669
1 - Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	0	0	390	390
2 - Aumento de Capital	507	(507)	0	0
3 - Outros Eventos:				
- Distribuição de Lucros	0	0	(510)	(510)
- Ajustes de Semestre/Exercício Anteriores	0		161	161
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2019	1.700	0	10	1.710

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRy Signer ou o verificador de sua preferência.

União Catarinense Administradora de Consórcios Ltda.

Rio do Sul - SC

**Demonstração dos Fluxos de Caixa do
Exercício Findo em
(Método Indireto)**

	Em Milhares de Reais		
	2º Semestre de 2019	Exercício de 2019	Exercício de 2018
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro/(Prejuízo) Líquido Antes do IR e CS	175	481	(358)
Ajustes por:			
Depreciações	3	6	5
Ajustes de Semestre/Exercício Anteriores	0	161	0
Encargos Financeiros	121	230	315
Resultado Ajustado	<u>299</u>	<u>878</u>	<u>(38)</u>
IR e CS Correntes Pagos	(30)	(91)	0
Variações nos Ativos e Passivos			
Rendas a Receber	(4)	(17)	11
Devedores Diversos - País	(133)	(207)	(285)
Impostos a Compensar	(75)	89	(35)
Ativo Realizável a Longo Prazo	661	570	(998)
Sociais e Estatutárias	(150)	0	0
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	17	22	(14)
Provisão para Pagamentos a Efetuar	(54)	0	(12)
Recursos não Procurados - Grupos Encerrados	146	167	(38)
Credores Diversos - País	94	(145)	(442)
Exigível a Longo Prazo	(241)	260	1.765
Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades Operacionais	<u>530</u>	<u>1.526</u>	<u>(86)</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisições de Imobilizado	(30)	(38)	0
Outros investimentos	(23)	(61)	(44)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	<u>(53)</u>	<u>(99)</u>	<u>(44)</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento de Capital	0	0	507
Instituições Financeiras - Captação	0	4161	10.348
Instituições Financeiras - Pagamento	(265)	(4.349)	(11.218)
Absorção de Prejuízos	0	0	250
Distribuição de Lucros	(360)	(510)	0
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	<u>(625)</u>	<u>(698)</u>	<u>(113)</u>
(Redução)/Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>(148)</u>	<u>729</u>	<u>(243)</u>
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	1.224	347	590
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	1.076	1.076	347

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

União Catarinense Administradora de Consórcios Ltda.

Rio do Sul - SC

**Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios
em 31 de Dezembro 2019**

Ativo

	Em Milhares de Reais	
	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Ativo Circulante	139.516	130.257
Disponibilidades	392	825
Depósitos Bancários	392	825
Depósitos Bancários	392	825
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	28.874	25.284
Outras	28.874	25.284
Aplicações Financeiras	28.874	25.284
Outros Créditos	110.250	104.148
Valores Específicos	110.250	104.148
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	110.250	104.148
Compensação	779.774	823.651
Consórcio	779.774	823.651
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	5.162	5.208
Contribuições Devidas ao Grupo	406.393	426.326
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar	368.219	392.117
Total Geral do Ativo	<u>919.290</u>	<u>953.908</u>

Passivo

	Em Milhares de Reais	
	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Passivo Circulante	139.516	130.257
Outras Obrigações	139.516	130.257
Obrigações Diversas	139.516	130.257
Obrigações com Consorciados	74.112	72.115
Valores a Repassar	7.942	6.441
Obrigações por Contemplações a Entregar	26.482	23.414
Obrigações com a Administradora	56	395
Recursos a Devolver a Consorciados	23.075	20.790
Recursos do Grupo	7.849	7.102
Compensação	779.774	823.651
Consórcio	779.774	823.651
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	5.162	5.208
Obrigações do Grupo por Contribuições	406.393	426.326
Bens ou Serviços a Contemplar - Valor	368.219	392.117
Total Geral do Passivo	<u>919.290</u>	<u>953.908</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

União Catarinense Administradora de Consórcios Ltda.

Rio do Sul - SC

**Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades
de Grupos de Consórcios do Semestre e Exercício Findos
em 31 de Dezembro de 2019 e Exercício de 2018
e Valores Acumulados até 31 de Dezembro de 2019**

	Em Milhares de Reais			
	2º Semestre de 2019	Exercício de 2019	Exercício de 2018	Valor Acumulado
Disponibilidades no Início do Período	30.122	26.109	21.653	
Depósitos Bancários	589	825	811	
Aplicações Financeiras do Grupo	1.927	1.870	2.099	
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	27.606	23.414	18.743	
(+) Recursos Coletados	54.114	107.521	103.646	509.905
Contribuições para Aquisição de Bens	43.837	86.762	82.555	396.933
Taxa de Administração	8.124	16.262	16.159	92.572
Contribuições ao Fundo de Reserva	203	403	428	2.441
Rendimentos de Aplicações Financeiras	463	1.015	889	6.389
Multas e Juros Moratórios	157	300	309	1.076
Prêmios de Seguros	1.082	2.139	1.899	8.770
Custas Judiciais	217	434	479	1.521
Reembolso de Despesas de Registro	0	1	3	17
Outros	31	205	925	186
(-) Recursos Utilizados	54.970	104.364	99.190	480.639
Aquisição de Bens	44.462	83.453	77.811	374.147
Taxa de Administração	8.120	16.246	16.169	92.554
Multas e Juros Moratórios	78	149	155	538
Prêmios de Seguros	1.096	2.120	1.876	8.589
Custas Judiciais	367	690	682	2.163
Devolução a Consorciados Desligados	424	1.003	1.520	2.343
Despesas de Registro de Contrato	0	1	1	19
Outros	423	702	976	286
Disponibilidades no Fim do Período	29.266	29.266	26.109	29.266
Depósitos Bancários	392	392	825	392
Aplicações Financeiras do Grupo	2.392	2.392	1.870	2.392
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	26.482	26.482	23.414	26.482

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)